

cantigas de amigo e de amor, muitas das quais se referem a lugares explicitamente galegos (como as muitas que cantam o mar de Vigo, maior cidade da Galiza hoje em dia). Mas tampouco seria aceitável chamá-la simplesmente de “galego”. Daí a invenção desse hibridismo bizarro, “galego-português”. De fato, como relata García Turnes (2002: 333), em sua investigação sobre as origens do termo *galego-português* e seu emprego pelos filólogos lusitanos:

Ó longo de todo o século [XIX] fomos vendo aparecer distintas variantes como *portuqueiz galiciano*, *portuqueiz galleziano*, *galiziano-portuqueiz*, *gallezio-luzitano* ou *gallezio-portuqueiz*. Non será ata as visperas do século XX, da man de C. Michaëlis, a autora que desenvolverá o groso e o fundamental da súa obra nesta centuria, cando encontraremos, alternando con outras formas, o actual *galego-portuqueiz*.

Argumenta a pesquisadora que Carolina Michaëlis será, de fato, a principal responsável pela difusão e, acrescento eu, pela *instituição*, nos estudos históricos, do termo *galego-português*, que se transformará numa *hipóstase* conveniente para designar uma língua que, em tudo, era pura e simplesmente o galego, numa versão literarizada, convencional, cortesã, própria para o uso na poesia lírica e que, com toda probabilidade, nunca foi realmente *falada* como variedade espontânea, materna, de nenhuma comunidade linguística autêntica.

Ao contrário do *françien*, que nunca existiu como “dialeto” e do qual não se tem absolutamente nenhum registro histórico documentado, o “galego-português”, sim, existiu, como língua da poesia medieval, mas nunca chamado com esse nome, que só responde às exigências de nacionalismo da filologia lusa do século XIX. Monteagudo (1999: 119-121), depois de apresentar as mais antigas denominações para a língua galega, já a partir do século XIII, afirma justamente que

a denominación que recibía a lingua dos cancioneros, cando menos nos ambientes eruditos e trobadorescos [...] era a de *galego*, e convidanos a cuestionar a moderna denominación, xurrida nos ambientes filolóxicos lusitanos de finais do século XIX, de galego-português.

10. HISTÓRIAS EXEMPLARES: O ALEMÃO E O ITALIANO

A história do “alemão” e do “italiano” também merece nossa atenção¹³. A Alemanha e a Itália foram durante muitos séculos territórios divididos entre diferentes poderes políticos. É somente no final do século XIX que vão surgir os países unificados que hoje chamamos Itália e Alemanha, o primeiro em 1861 e o segundo em 1871. São dois países que sempre conheceram uma grande multiplicidade linguística. Mas a unificação territorial e política exigiu também a unificação linguística.

Assim, na Alemanha se cria uma língua padrão, chamada *Hochdeutsch*, “alto-alemão”, que não é construída a partir de um só dialeto, mas com base em diversos dialetos centrais e do sul do território. O *Hochdeutsch* é eminentemente uma língua paterna, a língua pátria, língua que se escreve, mas que não é a língua materna, íntima e familiar de praticamente ninguém.

Na Itália, depois da unificação, o problema da língua nacional, debatido durante séculos, foi resolvido com a eleição do dialeto toscano como base para o que se chamará a partir de então “língua italiana”. O toscano não é o dialeto de Roma, a capital. É o dialeto da Toscana, cuja capital, Florença, foi durante séculos, um importante centro político, cultural e econômico. Por causa disso, o toscano adquiriu o maior prestígio cultural entre todas as demais línguas faladas na Península Itálica, graças ao trabalho literário de grandes figuras como Petrarca, Boccaccio, Maquiavel, Guicciardini, Ariosto e, sobre todos os outros e em caráter pioneiro, Dante Alighieri.

De fato, Dante, no ano de 1305, publica em latim um opúsculo chamado *De vulgari eloquentia*, onde defende a tese de que as línguas vulgares, se forem transformadas em objeto de investimento cultural por seus falantes, podem muito bem ser empregadas na alta literatura e na ciência. E o próprio Dante vai comprovar isso, escrevendo em toscano sua *Comédia*, que passará à posteridade com o epíteto de “Divina”. Está criada

¹³ Ver também, neste livro, os capítulos destinados a estas línguas assinados, respectivamente, por Mônica Savedra e Patrícia A. Gonçalves.

assim a língua literária da Itália. O toscano se impõe, portanto, como língua nacional após a unificação política do território italiano.

O fato de o toscano ser somente um dialeto como os demais é comprovado pela curiosa situação linguística do primeiro rei da Itália unificada: Víctor Manuel II teve que aprender a nova língua oficial de seu reino, o “italiano” recém-criado, porque era, inicialmente, apenas o rei do Piemonte e da Sardenha e, portanto, era falante nativo do piemontês, uma língua muito diferente do toscano, aliás incompreensível para os falantes do italiano padrão.

A criação do “italiano” representou também a divisão linguística da Itália em duas categorias: a primeira, a categoria de “língua”, ficou reservada exclusivamente ao toscano, que passou a se chamar “língua italiana”; a segunda, a categoria de “dialeto”, é empregada até hoje para designar todas as muitas entidades linguísticas presentes no território itálico. No caso da Itália, o termo “dialeto” já não tem sua aceção tradicional nos estudos linguísticos: variedades regionais de uma mesma língua. “Dialeto” na Itália é qualquer forma de falar que não seja a “língua italiana”. Os chamados “dialeto” italianos, no entanto, são muito diferentes entre si e incompreensíveis para seus falantes respectivos. Isso se comprova, por exemplo, no texto da oração do pai-nosso, empregado tradicionalmente para estabelecer comparações entre línguas diferentes:

1 PIEMONTE

O Nostr Pare che tè ses an cel,
tò nòm a sia santificà.
Tò regno a vena,
toa volontà a sia fatta
su la tera com al ciel.
Dane ancheuj nòst pan cotidian,
e pèrdonene ij nòstri debìt,
com noi i pèrdonoma a coj ch'a l'han offendune,
e lassene nen tombé an tentassion,
ma libererehe d'ogni mal.
Amen.

2 NAPOLITANO

Pate nuoste ca staje ncielo,
santificammo 'o nomme tujo,
faje vení 'o regno tujo
sempre c' 'a vuluntà toja,
accussí ncielo e nterra.
Fance avè 'o ppane tutt' 'e juorne
lèvece 'e rièbbete
comme nuje 'e llevamme all'ate,
nun ce fa spantecà,
e llèvace 'o male 'a tuorno.
Amen.

3 TOSCANO

Padre nostro, che sei nei cieli,
sia santificato il Tuo nome.
Venga il Tuo regno.
Sia fatta la Tua volontà
anche in terra com'è fatta nel cielo.
Dacci oggi il nostro pane quotidiano.
Rimetti a noi i nostri debiti,
come noi li rimettiamo ai nostri debitori,
e non esporci alla tentazione,
ma liberaci dal maligno.
Amen.

4 BERGAMASCO

O nost Pader, che te sé sö in siel,
al sies santificat ol tò nom.
Al vegne ol tò regn,
al sies fac la tò olontà,
come in siel, cosé ach in tera.
Dam incö ol nost pa per sostegnes.
E dunem i nos'c debec,
come noter am ghi duna ai nos'c debitur,
e fam miga borlà in di tentasiù
ma liberem del mal,
e cosé sea.

5 MILANÊS

Pader noster, che te see in ciel;
che 'l sia santificaa el tò nòmme;
Che 'l vegna el tò regn,
che 'l sia pur faa quell che te voeult ti,
tant in ciel, come in terra.
Daggh incoeu el noster pan tant de stà in pee.
E, pardonem i noster debiti,
istess come nun
ghe pardonem a quij tuj che ne dev quajcoss,
e metten minga in brusa de là peccaa
ma tegnen a la larga del maà.
E che la sia insci.

6 FRIULANO

Pari nestrì, che tu sêts tai cîl,
ch'al sedi santificât il to non,
ch'al vegni il to ream,
ch'ê sedi fate-la tô volontât
come in cîl, cussì in tiere.
Dànus vuê il pan che nus covente,
parinus jù i nestrìs debìts
come che nô ur ai parin jù ai nestrìs debìtors
e no sta molânus te tentazion,
ma libèrinus dal mal.
Amen.

11. LÍNGUA OU DIALETO?

O emprego do termo “dialeto”, fora dos estudos científicos (embora, às vezes, também neles), sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, “dialeto” é uma forma “errada”, “feia”, “ruim”, “pobre” ou “atrasada” de se falar uma “língua”.

Também é uma maneira de distinguir as “línguas” dos povos “civilizados”, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos

“selvagens”. Essa separação é tão poderosa que se enraizou no inconsciente da maioria das pessoas, inclusive das que declaram fazer um trabalho “politicamente correto”. Veja-se o seguinte exemplo, publicado numa revista brasileira (*Nossa História*, outubro de 2004): é a declaração do cineasta moçambicano Vítor Lopes, realizador do documentário *Língua — vidas em portugueses*, exibido nos cinemas brasileiros:

A língua portuguesa serviu como um elemento unificador da comunicação em territórios nos quais se falavam, e ainda se falam, dezenas de dialetos maternos das diversas tribos que a colonização atingiu. Assim, em Moçambique, onde se falam hoje cerca de 35 dialetos locais, o português é língua materna de 3% da população, mas é utilizado por cerca de 40% dos moçambicanos (grifos meus).

A separação é claríssima: o rótulo “língua” só se aplica ao português, língua do colonizador. As outras muitas e diferentes línguas do povo moçambicano são “dialeto”. O mesmo se verifica neste outro exemplo, também publicado num periódico brasileiro:

Pela primeira vez em sua história de 33 anos, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) recebe a matrícula de um índio. Ele se chama Namblá Gakran, é natural de Ibirama e garantiu uma vaga no curso de ciências sociais, implantado este ano pela instituição para ser desenvolvido no *campus* de Itajaí. Namblá é da tribo xokleng e trabalha como professor de 1ª a 4ª séries primárias em Ibirama [...] Segundo Namblá, os xokleng estão perdendo seus valores linguísticos e assimilando o *idioma português*, sem manter vivo o *dialeto indígena* (Agência UOL, 17/2/1998) (grifos meus).

É muito longa a tradição de distinguir a “língua”, hipostasiada e referida ao centro do poder, dos “dialeto”. Com o nome pejorativo de *patois* (aportuguesado em *patoá*), os dialetos (ou, melhor dizendo, as línguas regionais) foram definidos pela célebre *Encyclopédie* do século XVIII — obra emblemática do chamado Iluminismo — com as seguintes palavras: *patoá* (gram.). Linguagem corrompida tal como se fala em quase todas as províncias: cada uma tem seu *patoá*; assim temos o *patoá* burguinhão, o *patoá* normando, o *patoá* champanhês, o *patoá* gascão, o *patoá* provençal, etc. Só se fala a língua na capital.

Outro exemplo muito eloquente do fenômeno de hipostasição é o da chamada "língua árabe". Por razões de natureza religiosa, o que os falantes de "árabe" chamam de "árabe" é a língua na forma como ela se encontrava quando o profeta Maomé redigiu o livro sagrado do Islã, o Corão, no século VII. Essa língua, também chamada de "árabe clássico", é uma língua morta, não é falada por ninguém como idioma materno, está restrita à literatura religiosa. Nos diferentes países chamados "árabes", existem formas de falar tão diferentes entre si quanto, por exemplo, o português e o italiano, sem possibilidades de compreensão entre seus falantes, e não poderia ser de outra maneira. É uma ilusão ideológica achar que num território imenso, que vai do extremo ocidental da África até a fronteira do Iraque com o Irã, passando por todo o Oriente Médio, se fala uma só e única "língua árabe".

No entanto, essa ilusão ideológica é sustentada pela própria cultura "árabe" tradicional, já que na maioria dos 22 países "árabes" o sistema educacional se dedica exclusivamente ao ensino do "árabe clássico" e de sua forma mais modernizada, o "árabe padrão", enquanto que os chamados "dialetos" particulares falados nos diferentes países não recebem apoio institucional nem são valorizados; embora sejam as verdadeiras línguas maternas nacionais. É inconcebível que 300 milhões de pessoas, distribuídas por um território tão dilatado, falem uma mesma e única língua "árabe".

Por essas e outras razões é que faz parte do folclore acadêmico da linguística a declaração jocosa atribuída ao linguista Max Weinreich: "Uma língua é um dialeto com exército e marinha"¹⁴. De fato, a separação entre língua e dialeto é eminentemente política, escapa dos critérios que os linguistas tentam estabelecer para delimitar tal separação.

A eleição de uma língua ou dialeto para ocupar o cargo de "língua oficial" relega, no mesmo gesto político, todas as outras variedades e línguas

¹⁴ Ver, neste livro, no capítulo assinado por Thomas D. Finbow, a explicação para a suposição desta frase famosa.

de um território à terrível escuridão do não ser. A referência ao que vem de cima, do poder, das classes dominantes, cria nos falantes das variedades e línguas sem prestígio social e cultural um complexo de inferioridade, uma baixa autoestima linguística, à qual os sociolinguistas catalães deram o nome de "auto-ódio".

Evidentemente, também há muito de político e ideológico na designação "língua" que se aplica a um modo de falar específico. Por exemplo, o galego é considerado uma "língua" diferente do português, mas o português do Brasil não é oficialmente chamado "brasileiro", em contraposição ao português europeu, embora os estudos linguísticos venham comprovando que, do ponto de vista sistêmico (fonológico e morfosintático, semântico e pragmático), são duas línguas diferentes. Ora, o galego não pode ser confundido com o português, para que a Galiza não tenha a pretensão de se separar da Espanha e criar um Estado soberano ou, talvez, de se unir ao território de Portugal. Mas, por outro lado, a ideologia colonialista que sempre imperou nas elites brasileiras impede que se reconheça o idioma majoritário dos brasileiros como uma língua independente do português europeu e que possa ser chamada simplesmente de "brasileiro".

12. NOMES IGUAIS, NOMES DIFERENTES

Com isso, se verifica no mundo duas situações distintas: (1) o mesmo nome aplicado a modos de falar bem diferentes e (2) nomes diferentes aplicados a modos de falar muito semelhantes. As duas situações, nunca é demais repetir, são resultantes de processos históricos e ideológicos.

Já vimos o caso do "árabe", nome único para 22 países e 300 milhões de pessoas. Podemos dizer o mesmo do "espanhol", um só nome de língua para mais de vinte países e quase meio bilhão de falantes. Será uma mesma língua a que se fala em Ushuaia, no extremo sul da Argentina, às portas da Antártida, e na Cidade do México, a dezenas de milhares de

quilômetros de distância? Será a mesma língua a que se fala na Andaluzia, no sul da Espanha, e na Guiné Equatorial, em plena África tropical?

Vejamos agora alguns exemplos da segunda situação: dois nomes para modos de falar semelhantes. Vamos examinar o caso do hindi e do urdu. O urdu é a língua oficial do Paquistão. Como língua falada, o urdu é praticamente indistinguível do hindi, língua oficial mais importante da Índia. A diferença entre as duas línguas está no fato de que o urdu é utilizado como língua escrita por falantes muçulmanos e escrito numa forma ligeiramente adaptada do alfabeto persa que, por sua vez, é uma variante do alfabeto árabe. O hindi, por seu lado, escrito no alfabeto devanágari, originalmente empregado para o sânscrito, e é utilizado pelos falantes de religião hindu. A rivalidade histórica entre Paquistão e Índia, que gerou terríveis guerras sangunárias entre os dois países, junto com a divisão religiosa, é o que explica a atribuição de nomes diferentes a um único sistema linguístico.

O mesmo vale para a distinção entre o norueguês e o dinamarquês. A Noruega foi uma província do reino da Dinamarca durante quatrocentos anos, até 1905, quando conquistou sua independência. Para marcar explicitamente a independência política, a língua também ganhou nome novo: o norueguês, que é, de fato, a mesma língua dinamarquesa com pequenas variações locais. A intercomunicabilidade entre os povos dos três países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) é quase perfeita, e os programas de televisão produzidos em qualquer um deles são acompanhados tranquilamente nos outros dois países. Mas as línguas recebem nomes diferentes: dinamarquês, sueco e norueguês. E quem nos fala a esse respeito é ninguém menos do que Einar Haugen, pioneiro nos estudos que hoje chamamos de sociologia da linguagem:

Os não escandinavos às vezes ficam atônitos ao ouvir dinamarqueses, noruegueses e suecos conversar, cada qual em sua língua, sem intérpretes. O fato de que haja certo grau de mútua inteligibilidade entre essas línguas, às quais nos referiremos como línguas escandinavas continentais, tem levado algumas pessoas a sugerir que, juntas, deviam ser de fato consideradas

como uma única língua. Embora para alguns propósitos, seja conveniente enfeixá-las, não é muito acertado falar de uma única língua escandinava ou nórdica. Tal prática exigiria uma definição bastante restrita do termo "língua". Desprezaria os aspectos que não são puramente linguísticos, mas também sociais e políticos (Haugen 1987: 157).

A situação das línguas da Índia e do Paquistão se reproduz em certa medida na antiga Iugoslávia. Depois da sangrenta divisão da antiga confederação socialista em diferentes pequenos Estados independentes, a língua que sempre se chamou servo-croata recebeu três nomes distintos: sérvio, croata e bósnio. As diferenças entre o sérvio e o croata sempre se restringiram à escrita: os croatas, católicos romanos, empregam o alfabeto latino; os sérvios, católicos ortodoxos, empregam o alfabeto cirílico; os bósnios, muçulmanos, empregam tanto o alfabeto latino quanto o cirílico. Com a criação dos Estados independentes da Croácia e da Bósnia, a língua, que para os linguistas é um sistema único com variedades locais que não impedem a intercompreensão dos falantes, passou a ser designada com nomes distintos, nomes de países, de nações.

13. A LÍNGUA É UM PÂNTANO?

A conclusão, portanto, não pode ser outra: falar de uma língua é sempre mover-se no terreno pantanoso das crenças, das superstições, das ideologias e das representações. E nessa areia movediça também a filologia, a gramática e a linguística científica acabam se atolando. Sem dúvida, o exame da dinâmica linguística deve ser feito com instrumentos analíticos da antropologia, da sociologia e da psicologia social, além dos instrumentos linguísticos.

Quando passamos ao terreno do ensino das línguas, o risco de ficar preso no pântano ideológico é sempre iminente. Para escapar desse perigo, é necessário recordar incessantemente que "língua" não é um conceito claro e delimitado, nem sequer para a ciência linguística.

O que vai ser ensinado não é uma “língua” em toda sua vitalidade, seu dinamismo, sua instabilidade permanente, sua heterogeneidade intrínseca. O que vai se ensinar é um construto sociocultural, mesclado de ideologia e de pressupostos impossíveis de comprovar empiricamente. É uma hipótese, um objeto criado, normatizado, codificado, institucionalizado para garantir a unidade política de um Estado, sob o lema tradicional: “Um país, um povo, uma língua”. O reconhecimento do multilinguismo que caracteriza praticamente todos os países do mundo e o desenho de políticas linguísticas democráticas e democratizadoras são fatos muito recentes na história dos povos e das línguas.

E nesse campo, o Brasil está muito atrasado, mergulhado na ideologia monolíngue que sempre caracterizou nossa história, em que todas as políticas linguísticas sempre se destinaram a massacrar os povos indígenas junto com suas línguas, a distribuir os escravos africanos em lotes de indivíduos falantes de línguas diferentes e etnias rivais para que não emergisse nenhuma solidariedade entre eles, a proibir o uso e o ensino das línguas minoritárias trazidas pela imigração europeia e asiática, a ridicularizar e oprimir os falantes das variedades regionais e rurais de português brasileiro. A recente desistência do IBGE de incluir em seu questionário do Censo 2010 uma pergunta sobre a língua mais falada em casa pela(o) cidadã(o) entrevistada(o) é mais um exemplo da persistência e do vigor do ideal monolíngue impregnado no imaginário brasileiro dominante.

Sabemos que, durante muitos séculos, para se conseguir a desejada unidade nacional, muitas línguas foram (e são) emudecidas, muitas populações foram (e são) massacradas, povos inteiros foram (e são) calados e extermiados. Nós, do continente americano, temos uma história dolorosíssima de colonização construída sobre milhões de cadáveres dos indígenas, que já estavam aqui quando os europeus invadiram suas terras ancestrais, e dos africanos escravizados que foram trazidos para cá contra a vontade.

O que se chama, portanto, de “língua” é o fruto de toda essa história, que não deve ser esquecida. Não vamos incorrer naquilo que Pierre Bourdieu chamou de “amnésia da gênese”, isto é, esquecer que o que

chamamos de “língua” tem uma origem histórica, não é algo que nasce “naturalmente”, como se fosse uma planta que brota sem que ninguém tenha semeado. Podemos amar e cultivar uma ou mais “línguas”, mas sen esquecer o preço caríssimo que muita gente pagou e ainda paga para que elas se implantassem como idiomas oficiais, nacionais, línguas pátrias línguas do ensino, do poder e da lei.

É evidente que esse construto político-ideológico, essa hipótese monumental, guarda relações com a vida íntima da linguagem humana, essa nossa poderosa faculdade sociocognitiva de interação com o mundo e com os outros seres humanos. Mas essa hipótese não é “a língua” em sua totalidade: é somente uma parte pequena, sim, porém importantíssima, do ponto de vista histórico e cultural, de alguma coisa tão grande e tão complexa que ninguém sabe definir a contento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACNO, M. (2003). *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BOURDIEU, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp.
- CAMERON, D. (1995). *Verbal Hygiene*. Londres: Routledge.
- CERQUIGLINI, B. (2007). *Une langue orpheline*. Paris: Minuit.
- FARACO, C. A. (2008). *Norma cilia brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- GARCÍA TURÑÉS, B. (2002). Sobre a (proto)história do termo *galego-português* na reflexão lingüística lusa do século XIX, in: LORENZO, R. (org.). *Homenaxe a Ferrnando R Fato Plaza*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- GNERRE, M. (1985). *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- ILARI, R., BASSO, R. (2006). *O português da gente*. São Paulo: Contexto.
- HAUGEN, E. (1987). Danish, Norwegian and Swedish, in: COMRIE, B. (org.). *The World's Major Languages*. Londres: Routledge.
- LYONS, J. (1968). *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MONTEAGUDO, H. (1999). *Historia social da língua galega*. Vigo: Galaxia.